

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.676 - RS (2019/0295609-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : J M P
RECORRENTE : G DA S
RECORRENTE : R A P
RECORRENTE : R K DE O
RECORRENTE : C S B
RECORRENTE : S P
RECORRENTE : C DOS S P
RECORRENTE : M M P
RECORRENTE : P C D DE A
ADVOGADO : JADER DA SILVEIRA MARQUES - RS039144
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J M P, G DA S, R A P, R K DE O, C S B, S P, C DOS S P, M M P e P C D DE A contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Os recorrentes afirmam que estavam submetidos a medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, as quais haviam sido aplicadas e mantidas pelo Tribunal *a quo* e por esta Corte. O Juízo de primeiro grau alterou essas medidas sem ouvir previamente a defesa nem demonstrar a existência de fato novo, o que configura constrangimento ilegal.

Requerem, em liminar, a suspensão das novas medidas cautelares e, no mérito, a anulação da decisão do Juízo de primeiro grau.

É o relatório.

Decido.

Ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

